



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



**A ABELHA FAZ O MEL, O APICULTOR COMERCIALIZA E A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FAZ O QUÊ?**

Uma análise sobre a contribuição da Administração Pública para o desenvolvimento comercial do mel na região picoense.

**THE BEE BRINGS HONEY, BEEKEEPER TRADES IT AND THE PUBLIC
ADMINISTRATION WHAT THEY DO?**

An analysis about the contribution of the Public Administration for the honey commercial development in the picoense region.

Francisco John de Moraes¹, Itamara Lima Matos²

PICOS, PIAUÍ
2019

1 Graduando em Administração pela Universidade Federal do Piauí;

2 Professora da Universidade Federal do Piauí, especialista, orientadora.

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Campus Senador Helvídeo Nunes de Barros
Biblioteca Setorial José Albano de Macêdo
Serviço de Processamento Técnico

M827a Morais, Francisco John.

A abelha faz o mel, o apicultor comercializa e a administração pública faz o quê?: uma análise sobre a contribuição da administração pública para o desenvolvimento comercial do mel na região picoense / Francisco John Morais. -- Picos,PI, 2019.

25 f.

CD-ROM: 4 ¾ pol.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração). – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2020.

“Orientador(A): Profa. Esp. Itamara Lima Matos.”

1. Apicultura. 2. Mel - Comercialização. 2. Administração Pública – Picos-PI - Mel. I. Título.

CDD 354.6

Elaborada por Rafael Gomes de Sousa CRB 3/1163



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cicero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos – PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Francisco Jonh de Moraes

A abelha faz o mel, o apicultor comercializa e a Administração Pública faz o quê?

Uma análise sobre a contribuição da Administração Pública para o desenvolvimento comercial da região picoense.

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira, considera a discente como:

Aprovado(a)

Aprovado(a) com restrições

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 10 de dezembro de 2019

Itamara Lima Matos

(Orientadora – Itamara Lima Matos, Esp.)

Cleverson Vasconcelos da Nóbrega

(Membro 1 – Cleverson Vasconcelos da Nóbrega, Dr.)

Carolina Maria Furtado Matos

(Membro 2 – Carolina Maria Furtado Matos, Ma.)

RESUMO

Este estudo apresenta como objetivo avaliar a contribuição da Administração Pública para o desenvolvimento comercial do mel no município de Picos-PI. A apicultura no Brasil desenvolveu-se em todo o país, e sua produção ganhou importância para os produtores locais diante dos desafios e comercialização do mel, bem como a influência do estado no desenvolvimento da apicultura. Nos tempos atuais a produtividade do mel aumentou significativamente impulsionando o desenvolvimento local, regional e nacional. Para realizar o presente estudo, adotou-se o método da abordagem qualitativa, por meio da realização de entrevistas estruturadas com Agentes da Administração Pública e os Gestores de Empresas produtoras de mel. Constatou-se na pesquisa que a produtividade do mel e o crescimento da produção são fatores primordiais para o desenvolvimento local, no entanto ocorrem possíveis desafios que a produção do mel enfrenta com ausência da profissionalização e preservação além da falta de investimentos mais efetivos por parte do estado.

Palavras chaves: Apicultura. Desenvolvimento. Produtividade. Mel. Crescimento

ABSTRACT

This study presents aims to evaluate the contribution of the Public Administration to the commercial development of the honey within Picos, city of the State of Piauí. Beekeeping in Brazil has developed in the whole country, in which the produce gained importance to local producers facing the challenges and honey trading, as well as influence of the state in development of beekeeping. In current times the honey productivity has increased significantly boosting the local, regional and national development. To carry out the present study, the qualitative research was adopted, through of interview with a predefined script, among those interviewed are the Agents of the Public Administration and the Managers of Companies producing honey. It was found in research that the productivity of honey and the growth of the produce are primary factors to the local development, however there are possible challenges that the production of honey faces in front on the lack of professionalization and preservation besides more effective investments by the state.

Keywords: Beekeeping. Development. Productivity. Honey. Growth

1. INTRODUÇÃO

Conquistando mercados internos e externos com o desenvolvimento da atividade, a apicultura passou a ser vista e praticada como fonte de renda e geração de emprego para as famílias na cidade de Picos no Piauí. Como base de crescimento diante dos desafios estão a competitividade e a falta de participação mais eficiente e significativa do estado. A cidade, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contém cerca de 73.414 habitantes e se destaca atualmente como maior produtor de mel do estado. O progresso com a produção do mel na cidade fortaleceu-se após a formação de associações e cooperativas pelas famílias que trabalham na apicultura com o apoio do governo. Atualmente, de acordo com o IBGE existem cerca de mil e seiscentas famílias que estão diretamente ligadas à produção do alimento no estado, que após esse crescimento tornou-se um forte produtor e hoje considera-se até um dos maiores produtores de mel do Brasil.

A adequação da Administração Pública ao comércio apicultor e a crescente produtividade e desenvolvimento da apicultura, tornaram-se critérios importantes para atender as necessidades da atividade que passou a ser praticada pelas famílias e empresas. Esses ajustes tornaram-se necessários devido a ocorrência de uma série de transformações no desenvolvimento do processo produtivo do mel que ocorreram tanto na cidade de Picos quanto nesse mercado de forma geral.

Nesse cenário ainda são enfrentados grandes desafios para a comercialização do mel no estado, principalmente ambientais, como problemas climáticos de estiagens prolongadas e preservação das colônias, fatores determinantes no desenvolvimento da atividade. Diante desses desafios é necessária uma abordagem mais profunda desse mercado, em que tanto os benefícios e vantagens como os gargalos e dificuldades da produção do mel, sejam relatadas sob duas óticas, a de agentes do setor público e a de empresários do comércio de mel, que serão utilizadas como objeto de estudo dessa pesquisa.

Para discutir o tema proposto têm-se adotado como embasamento a linha de pensamentos de vários autores, como Neto (2008); Amaral (2010); Holanda (2010); Silva (2011); Monteiro (2013) e Hanel (2016), sendo estes os que defendem a produção da apicultura como de extrema importância para o desenvolvimento regional e nacional. Esses abordam diversas questões desde a produção de modo sustentável de produção até o comprometimento do Estado com o desenvolvimento do mercado de produção do mel. O interesse de estudo desse tema manifesta-se diante da interrogativa sobre a contribuição do Estado na produção de mel piauiense e das possíveis formas de produção e inovações tecnológicas na região picoense.

Por visar o aprofundamento da discussão sobre o tema proposto, surge o **questionamento**: qual a contribuição da Administração Pública para o desenvolvimento comercial do mel na cidade de Picos, Piauí? A partir deste foi elaborado o seguinte **objetivo geral**: Analisar a influência da administração pública sobre o cenário da apicultura regional picoense. Para o alcance do objetivo geral foram elaborados os seguintes **objetivos específicos**: Identificar as empresas que produzem mel na cidade de Picos; analisar o desenvolvimento da comercialização do mel na cidade de Picos e Avaliar a contribuição da Administração Pública no desenvolvimento comercial do mel na cidade de Picos.

A relevância desse trabalho se dá pela necessidade de aumentar a oferta das opções produtoras presentes no âmbito regional, tais que precisam tanto de auxílios como de incentivos pelo Estado para articular as esferas econômicas da região. Este trabalho visa trazer informações que trarão a compreensão dos leitores acerca da produção e colaboração pública do mel, além dos desafios da sustentabilidade comercial e produtiva no comércio apicultor.

2. A Administração Pública e sua atuação no desenvolvimento da apicultura regional e nacional.

De acordo com Humberto (2013), muitas vezes a produção do mel é destinada apenas ao mercado interno, pois pela falta de profissionalização, de experiência e a má qualificação dos apicultores como problemas ainda presentes, implicam negativamente quanto à exportação. O desenvolvimento da apicultura como atividade econômica se desenvolveu a partir de parcerias entre o setor privado e o setor público.

Essa parceria foi feita integrando projetos, ações e recursos a fim de incentivar e fortalecer toda a cadeia produtiva de mel da região local, sendo realizadas um conjunto de reuniões para debater o quão seria necessária essa junção para alavancar essas estratégias e principalmente as ações públicas do Estado por meio do Sebrae/Na, ferramenta da Gestões de Projetos. Fortalecendo essa contribuição é possível impulsionar a integração de esforços e recursos para desenvolver o setor apícola regional, preservando o meio ambiente e proporcionando uma maior comercialização, articulando reuniões entre Sebrae, Banco do Brasil, *Interkerkelijk Coördinatie Commissie Ontwikkelingshulp* (ICCO), Rede Unitrabalho, Unisol Brasil, o Governo dos Estados e a Prefeitura de Picos.

Para Lira (2008), o desenvolvimento da apicultura é consideravelmente promissor. Apesar dos problemas ressurgidos pelo pouco investimento e dos ciclos curtos de produção, que torna necessária a presença do Estado por meio dos órgãos institucionais, há a regulamentação das importações e exportações, o aumento na qualidade das medidas comerciais sustentáveis, fazendo uso das potencialidades frente às oportunidades pelo desenvolvimento e pela contribuição tanto do Governo Federal como da organização de empresariado do setor local.

O desenvolvimento da apicultura se deu pelo aumento crescente de produtos naturais, em destaque o mel. Nada é desperdiçado nessa prática, a própolis e o pólen por exemplo, são utilizados tanto para o consumo na indústria por parte dos trabalhadores como para o uso industrial para comercialização. Desde então, a apicultura desenvolveu-se regionalmente como uma atividade de extrema importância nos ramos econômicos e comerciais.

Diante das condições climáticas favoráveis na região, do serviço de apoio pelo Estado e pelo apoio do Sebrae, que tem como ênfase aprimorar a qualidade e a produtividade de produtos oriundos do mel, de acordo com Lira (2008), gerou-se uma oportunidade de crescimento econômico do Estado e essa foi aproveitada. Amaral (2010) comenta que todo setor apícola deve ser constituído e regularizado juridicamente, a fim de promover a gestão das entidades e associações apicultoras, proporcionando o desenvolvimento da apicultura e evitando custos excessivos aos negócios da área, de forma que abranja todos os segmentos da apicultura e siga as regras sustentáveis regionais.

Segundo Façanha (2010), a apicultura do Piauí está presente em todos os municípios do estado e é um ponto extremamente forte para que possa futuramente ter a distribuição e produção de forma uniforme e homogênea. Cabe ao Estado, incentivar a difusão de pesquisas e trazer transportes e tecnologias adequados a fim de atender todos os produtores. Em seguida, mostrar a importância dos aspectos do desenvolvimento territorial recente, os quais são referentes à legislação vigente, como a regulamentação de pagamentos dos impostos, e prioritariamente, a melhoria na qualidade e preço do produto comercializado sob restrita fiscalização sanitária do Estado.

Os estados e a união estão totalmente interconectados no que se diz respeito a expressiva expansão do comércio da apicultura, o qual se avalia e analisa as exportações do

produto, no caso o mel. Reconhecendo a sua importante via de recursos aos estados nacionais, à alguns estados dos Estados Unidos da América e países da Europa, diante de um possível embargo comercial, a produção passou a ser definida à especificação do processo de produção com atuação efetiva dos agentes públicos e atores sociais nos espaços sub-regionais (FAÇANHA, 2010).

Segundo Hanel (2016), a comercialização do mel deve estar restringida pela regulamentação legal de acordo com a normativa nº11 e da resolução GMC nº89/99, adotadas pelo estado como forma de garantir as normas legais ao comércio do mel e dos seus derivados. De acordo com a legislação, devem ser atendidas todas as características básicas do mel e de seus progenitores, não contemplando somente o mel, mas a importância da abelha para a sua produtividade, de forma que siga a regulamentação ambiental de exploração por meio do controle natural das espécies polinizadoras nativas através dos aparatos legais do Estado.

De acordo com Façanha (2010), a empresa órgão do Governo Federal ligada ao ministério da agricultura e responsável pela coordenação e execução da produção do mel no estado do Piauí, agrega hoje instituições do setor público e das entidades representativas, com o intuito de gerar uma maior concepção do arranjo produtivo do mel na apicultura estadual, tendo como foco as possíveis características das diferentes ligações produtivas. Para o crescimento dessa atividade econômica, nem sempre foram utilizados os mecanismos tecnológicos para a sinalização de demanda e oportunidades no setor da apicultura regional.

A proteção ambiental é prioridade para a preservação sustentável dos recursos derivados do mel, é de total responsabilidade do estado que se utilize das leis adotadas por meio de restrições e medidas da legislação como novos paradigmas ou regras para a atividade da apicultura. Várias leis fundamentam a sustentabilidade dos recursos para a legitimação da preservação permanente e das reservas legais na produção do mel. A Constituição Federal estabelece o equilíbrio entre o meio ambiente e a produção, com enfoque na qualidade e na transparência legal do estado com as novas gerações para a conservação da produtividade do mel (HANEL, 2016).

A agricultura familiar no Brasil é de extrema importância para o cenário das novas atividades rurais, neste caso a apicultura busca identificar as alternativas de produção, a ocupação e a exploração dos recursos naturais pela sua complexidade. A atividade agrícola do mel deve se adaptar ao cenário econômico ambiental em que deve se atentar as transformações da região. As iniciativas governamentais tornam a produção do mel uma prática bastante competitiva e moderna na região, pois o desenvolvimento regional deve identificar as crises econômicas e sociais do estado, dessa forma, a apicultura contribui para a geração de renda através da ação do estado pela possibilidade de novas ações para a comercialização do mel (SILVA 2011).

O Ministério da Agricultura no seu âmbito de atuação estabelece todas as regras a serem seguidas para a prática da apicultura quanto a quantidade do produto derivado do mel, do seu controle de produção e de mercado. Devem ser analisados todos os parâmetros da legislação, a fim de encontrar os limites e os manejos adequados ao processo de produção ou manipulação do mel em todos os segmentos da atividade econômica da apicultura nacional como parte econômica da apicultura (BALBINO *ET AL.*, 2015).

Vale salientar que, de acordo com a portaria 293 do Ministério da Agricultura, os meios legais conferidos pela legislação estabelecem que a agricultura familiar, bem como todas as atividades advém das normas e regras legais, que a atividade da apicultura tem como meio adotar todos os limites e normas da lei estabelecidas e envolvem os financiamentos

rurais concedidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além dos limites entre os custos a estes recursos administrativa e de tributação, principalmente quando se envolve a questão da conformidade das informações para todos os setores da atividade rural desde a questão financeira até a responsabilidade de pagamento e a captação de recursos.

Questões ambientais devem ser consideradas como responsabilidade social por parte do estado relativo, a produtividade do mel em que prioriza a biodiversidade do alimento por meio da preocupação com a sustentabilidade na atividade apícola diante dos problemas ambientais, nos quais tem como base a responsabilidade social na condução dessas ações diante de uma fiscalização eficiente para a conscientização do estado. A atividade da apicultura desenvolve uma importante relação entre o meio ambiente e futuro da humanidade; conscientização de forma rentável econômica importante tanto para as normas das empresas apicultoras – normas das empresas da agricultura – como o próprio estado com a valorização do consumo (BALBINO *ET AL*, 2015).

Diante das novas mudanças gerais da atuação da Administração Pública na produção sendo nesse contexto e cenário econômico da apicultura, Sousa (2013) descreve o espaço agrário em relação ao ponto de vista do trabalhador, a reforma agrária, na qual torna-se vital para atender as necessidades de diversas áreas relacionadas, em resalto a prática da apicultura, embora ainda esteja presente as burocracias dos altos custos de produção e da elevada carga tributária.

Segundo Monteiro (2013), apicultura no seu processo produtivo é um fator prioritariamente importante na geração de emprego, uma vez que a gestão pública passa a ser uma das principais fontes de incentivos ao crescimento diante da inovação e tecnologia na produção dos produtos originados do mel. O Sebrae, órgão de apoio às empresas produtoras utiliza atualmente seus conhecimentos técnicos na aplicação e no suporte ao crescimento comercial da apicultura, neste caso a participação do governo se dá de forma integrada com as políticas conectadas a produtividade e as APLS regulamentadas.

A vulnerabilidade da produção muitas vezes se dá por motivos climáticos e pela ausência de recursos hídricos ou naturais que são proporcionais para sustentar a continuidade da produção, processos em que envolvem estado de fragilidade e tornam-se consequentemente cenários de calamidade levando e desarticulando fatores de desigualdade sociais devido às secas constantes e prolongadas. No Brasil os indicadores estipulam que os resultados obtidos atribuem principalmente as condições ambientais que constituem desafios à viabilização para o desenvolvimento de suas bases de apoio, base nas quais a SAB contribuiu para o desenvolvimento do latifúndio como causa da pobreza e das políticas públicas adotadas nas condições propícias à produção agregando suas perdas no semiárido nordestino (PAES, 2009).

O uso de agrotóxicos nas áreas onde predominam a atividade da apicultura, apresenta-se como maior risco a polinização devido ao uso excessivo de pesticidas que contêm uma quantidade elevada de substâncias altamente maléficas às abelhas, prejudicando como ao todo a sua coordenação fisiológica, motora, de memória e orientação. Esses fatores trazem danos como a perda de seu habitat, afetando negativamente de forma direta a apicultura em si e ao meio ambiente. Além disso, os danos ambientais são provocados pela utilização desses produtos tóxicos, levaram a apicultura a levantar críticas como forma de protesto ao governo abordando questões sobre os prejuízos tanto humanos como ambientais advindos da aplicação desses produtos tóxicos. (CERQUEIRA; FIGUEIREDO, 2017).

Segundo Silva (2011), a demanda individual dos produtos agropecuários não consegue estabelecer a meta de oferta para o mercado produtor local, pois as necessidades de atuação dependem do fluxo de mercadorias. Diante dessa questão, a realização de transações comerciais que determinem o produto e os seus requisitos de qualidade, buscando satisfazer o cliente, impulsionar os lucros próprios e de seus respectivos produtores são as melhores ações a se fazer.

Limitações no conhecimento sobre as potencialidades que podem fornecer ao mercado, nas informações e capacidades de produzir em larga escala e com alto grau de qualidade são observadas no mercado do Mel no Brasil. No desenvolvimento intelectual e técnico, a Cooperativa Apícola do Sul (COOAPISUL) oferece o apoio fundamental para a resolutividade e aprimoramento desses problemas assegurando aos apicultores a abertura para os mesmos ingressarem no mercado do mel utilizando, dessa forma de estratégias aprimoradas para garantia de futuros clientes, qualificação da produção, o produto em sua totalidade e a conquista nacional do mercado do mel (MIRANDA, 2013).

Conforme Reis (2003), a extração, o beneficiamento do mel e dos demais produtos apícolas são realizados em instalações adequadas nas quais as operações são muito variáveis e que os apicultores devem estar conscientes da importância e cuidados com as condições de higiene no processo produtivo. Muitas vezes a extração do mel é feita de maneira predatória e usualmente há uso do fogo, ocasionando incêndios e causando grandes danos as colônias das abelha, aumentando assim mortalidade e conseqüentemente à produção. O alimento, em diversas vezes passa a ser vendido em condições precárias de higiene, sem o os devidos cuidados, afetando a qualidade e em contribuição à má imagem do mel, há também a rotulação, que frequentemente não chama a devida atenção que poderia, em conseqüência esses fatores dificultam a expansão desse produto ao mercado externo.

Na atualidade, o setor de apicultura preocupa-se bastante com as questões de gestão ambientais devido a diminuição da área apícola e da crescente degradação do meio ambiente. Para que a atividade ganhe importância a fim de manter o equilíbrio entre as espécies, os próprios produtores do mel e a sociedade inserida, é indispensável salientar que a responsabilidade social ganha sua importância também, imprescindível para sustentação econômica e financeira de uma empresa. As ações da responsabilidade social não devem ser limitadas aos planos que envolvem as estratégias da organização, portanto, deve-se buscar adotar e desenvolver formas e ações de análise coma finalidade de sintetizar a concepção de organização de uma empresa (BALBINO *ET AL.*, 2015).

As normas e as demais condições para o pagamento e a cobrança de taxas de juros dependem da regulação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BNDES na condição de órgãos do Estado. De acordo com o Ministério da Agricultura (2016), as formas de financiamento para o setor agrícola e da atividade da apicultura se limitam pelas diferenças de taxas e dos custos elevados com tributação e encargos cobrados por estes órgãos com obrigação de pagamento, o que de fato, prejudica e altera em casos de desenvolvimento da produção pela ausência de ferramentas mais vantajosas ao setor apícola.

Conforme aponta Façanha (2009), o processo envolve uma série de reivindicações de críticas relativas a gestão da atividade e dos programas, tudo isso resulta da ausência de respostas dos apicultores da região de Picos e da procuradoria da República que muitas vezes provoca distúrbios a produção relacionadas as reivindicações tais como: liberação imediata dos recursos para socorrer os produtores, promoção da descentralização da apicultura no Piauí, a obtenção de melhores condições de créditos junto aos bancos, a cobrança de investigação por parte da justiça e a verificação por parte da gestão da entidade. Todas essas

são possíveis soluções diante dos desafios enfrentados pelos produtores e entidades em relação a produção do mel, levando sempre o enfrentamento dos conflitos internos da atividade apícola e as críticas ao governo em apoio aos pequenos apicultores.

De acordo com Cerqueira e Figueiredo (2017), a mortalidade e o desaparecimento de abelhas representam ainda um problema presente no ambiente da apicultura, que a cada dia torna-se mais frequente e que afeta consequentemente toda a produção. As interferências negativas sobre os polinizadores das abelhas provocam a redução da capacidade produtiva das espécies afetando dessa forma a paisagem, resultando em problemas econômicos, sociais e ambientais, questões significativamente importantes para os apicultores no geral. A partir disso, a manutenção da flora depende da polinização, o que ajuda a reduzir os riscos à produção do mel, e por conseguinte, o prejuízo da atividade apícola que ocorre na maior parte das vezes devido problemas do campo.

3. A produção do mel e sua importância para o desenvolvimento regional e nacional.

De acordo com Holanda (2010), o processo produtivo local principalmente na macrorregião de Picos iniciou-se por meio da implementação da Casa dos Arranjos Produtivos Locais (APLS), um projeto desenvolvido que impulsionou o desenvolvimento dessa atividade com a prática comercial e o intuito de melhorar tanto a renda quanto a qualidade de vida dos apicultores, seja por meio de parcerias, ações ou recursos objetivando integrar e fortalecer toda a cadeia produtiva. Para estabelecer a comercialização e a produção eficiente e eficaz dessa atividade na região, utilizou-se todas as ações de apoio para o desenvolvimento e crescimento da apicultura local.

As parcerias tornaram-se uma fonte completamente importante para execução da atividade, pois envolveu várias instituições do ramo, contando com o apoio dos empresários e do Estado para o alcance do sucesso e produtividade do setor.

As APLS apresentam-se como importantes aspectos de desenvolvimento produtivos regionais e nacionais, tanto no setor público como privado. Diante dos diferentes aspectos de desenvolvimento e das constantes modificações, configuram-se como possíveis medidas para o modelo produtivo das atribuições relativas as atividades envolvendo o meio ambiente e os fatores sociais, políticos e econômicos das APLS em conformidade com os critérios a serem analisados como maneiras de identificar as alternativas para a resolução dos problemas. As APLS devem adotar os parâmetros técnicos necessários para desenvolver os fatores econômicos com apoio do governo para fortalecer as ações sobre a produtividade da agricultura familiar (SILVA,2011).

Os arranjos produtivos locais são considerados elementos importantes para o desenvolvimento local e regional na qual defende que as APLS se diferenciam pelas suas características e natureza. As APLS geralmente envolvem a participação e interação de todas as empresas envolvidas com o processo produtivo tanto público como privado e que incluem o desenvolvimento das atividades tendo como base a profissionalização, capacitação e emprego de tecnologias integrada a pesquisa, promoção e financiamento bem como a análise de todas as ações como vantagens competitivas e dinamização local (HOLANDA, 2010).

Amaral (2010), define apicultura como uma atividade econômica conservadora que adota baixo nível de degradação ao meio ambiente possibilitando a utilização dos recursos de forma eficaz a fim de agregar marketing ao produto vendido diante do aumento da produção e da sua ampliação em relação a execução das atividades, impulsionando de fato o desenvolvimento do comércio do mel em várias áreas de atuação. A apicultura beneficiou-se

dos elevados preços antes registrados aumentando dessa forma toda a produtividade e exportação, no entanto a consolidação da apicultura como alternativa de produção se deu por intermédio de trabalhos técnicos pioneiros desenvolvidos para ofertar o equilíbrio dos melhores preços no mercado internacional e nacional levando em conta os preços e o volume de mel produzido.

Conforme aponta Façanha (2010), o aumento da apicultura se deu através da centralização da produção da apicultura que antes era limitada apenas ao nordeste, e que depois da introdução das abelhas aumentou proporcionalmente toda a cadeia produtiva, estabelecendo um nível maior de exportações e gerando grandes cifras de capital tornando o negócio constantemente lucrativo. A ampliação da apicultura contribuiu para o aumento significativo de toda a produtividade e para a alocação no mercado de produtos derivados de grande importância para o crescimento do negócio alcançando todos os mercados de consumidores, tornando esses produtos no mercado competitivo local, regional e nacional.

De acordo com Neto (2018), o desenvolvimento regional no Brasil se deu através do planejamento das importações de empresas de grande parte nos polos a fim de obter o avanço com a participação e utilização das potencialidades dos arranjos produtivos locais tanto das fontes privadas como públicas. A produtividade brasileira de apicultura apresenta ainda hoje um nível baixo em comparação com os outros países devido a utilização razoável de recursos tecnológicos relativos à produção. Atualmente os produtores são submetidos a capacitação das práticas direcionadas a fabricação em que são exigidos todos os mecanismos de higiene, limpeza das instalações e equipamentos na qual serão regulamentadas pelo SEBRAE e SENAI a fim de analisar os perigos e pontos críticos da produção do mel, além de levar em consideração os parceiros adequados para o desenvolvimento e evolução das partes dos recursos para a apicultura.

A apicultura piauiense é expressiva diante das diferenciações das situações ocorrentes, entre ela, a importância das formações vegetais presentes no estado o que favorece novas áreas propícias para o desenvolvimento apícola e da diversidade de florestas o que, estimula e leva ao aumento da produção. A produção do mel orgânico derivado e encontrado em quantidade suficiente torna o estado do Piauí nas condições essenciais na produção de mel, por dispor, de recursos naturais e, está isento de aplicação de produtos e substâncias que leve à contaminação de mel desde a sua origem a destruição a destinação ao mercado. Assim o desenvolvimento da apicultura tornou-se uma atividade econômica essencialmente importante para o estado piauiense como uma atividade complementar, familiar e secundária favorecendo a preservação de animais e flora nativa além de servir como uma fonte rentável para a massificação da produção por parte dos produtores (SIQUEIRA, 2010).

Segundo Hanel (2016), a produção do mel no Brasil depende de uma série de aspectos no qual envolve a produtividade, a profissionalização e a especialização de todos os apicultores por meio da integração da apicultura de acordo com os parâmetros legais. Os produtos apícolas coloca o Brasil como principal produtor mundial de mel, sempre favorecido pela biodiversidade das atividades apícolas desenvolvidas levando como ponto fundamental a preservação dos recursos naturais que detém os fatores essenciais para a variação da produtividade tais como: a preservação da colônia das abelhas, morfologia e fonologia das flores diante disso percebe-se uma caracterização e padronização de qualidade do produto e de todos os requisitos para se chegar a esse nível de produção.

O crescimento da produção do mel alcançou um grau extremamente abrangente no cenário brasileiro diante da ampliação das exportações em larga escala para países fora do Brasil, esse crescimento originou-se pela combinação de uma série de fatores que levou a

forma de aproveitar ao avaliar o valor da produção. O desenvolvimento da apicultura ganhou impulso através da realização de uma série de reuniões entre municípios e todas as associações vinculadas ao comércio da apicultura. O Sebrae como instituição de incentivo técnico profissional, capacitação e treinamento contribuiu intensamente para a criação e desenvolvimento das estruturas modernas práticas da cadeia produtiva da atividade da apicultura, regulando e estabelecendo a capacidade produtiva e processamento a fim de atender todos os pontos problemáticos da comercialização e armazenamento do mel das mudanças tecnológicas e da inovação para o desenvolvimento regional e nacional (MONTEIRO, 2013).

Conforme Ananias (2010), o processo de produção do mel envolve um alto grau de processamento físico, desde a filtração, centrifugação e decantação tendo como finalidade de remover todas as impurezas existentes na produção do mel. O processo envolve várias etapas sucessivas que devem ser seguidas na qual envolve nove etapas: recebimento, seleção, limpeza, desoperulação, centrifugação, filtragem, decantação, envase, armazenamento e distribuição. Essas etapas envolvem todo o processamento do mel até a destinação do produto a ser comercializado; tudo isso garante a produção segura do mel ampliando dessa formas as Boas Práticas Agrícolas (BPA), na qual, refere-se a todos os princípios, regras e procedimentos legais que regem as leis da legislação controla e fiscaliza o manuseio dos alimentos desde a matéria prima até o produto final destinado ao consumidor.

As experiências do desenvolvimento econômico dependem dos resultados adquiridos dos APLS, gerando limites e possibilidades para que haja engajamento e intervenções no desenvolvimento econômico local. As APLS devem ser realizadas a partir das expectativas dos aglomerados produtivos além das características e particularidades da realidade brasileira. A produção do mel segue um processo uniforme tanto por parte dos pequenos produtores e processadores relacionados a três etapas que devem ser seguidas pelo apicultor relacionada a extração do mel e trabalho do produtor para a comercialização levando em consideração os mecanismos de segurança do trabalho presente em todo processo produtivo do mel desde o recebimento a entrega do produto (SIQUEIRA, 2010).

O desenvolvimento da apicultura se baseia no entendimento do papel da apicultura como uma importante ferramenta econômica que gera renda e potencializa o crescimento do mercado formal e melhores oportunidades para atuação no mercado interno. A produção de mel no Brasil não apresenta estatísticas de precisão no comércio internacional devido ao controle alfandegário. Diante disso, cabe ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adotar dados exatos e precisos sobre a produção do mel a fim de ganhar importância tanto nacional como internacional com a implementação e utilização de programas regionais, gerando emprego e renda para as comunidades locais. Na legislação o produtor segue as exigências atribuídas as leis vigentes para controlar a produção e o comércio e das práticas de produção, de qualidade, do manejo adequado e a higienização do processo produtivo do mel (ANANIAS, 2010).

Conforme Monteiro (2013), a apicultura explorada no arranjo produtivo local no qual é constituído por mini, médios e grandes. As mudanças que ocorrem nas condições técnicas e econômico no desenvolvimento da apicultura e a difusão de novos sistemas e tecnologias. Em contato com um conjunto de aplicações e das condições de produção praticadas em todos os setores da economia por meio de todas as colocações estipuladas ao desenvolvimento técnico-tecnológico e em casos mais consistentes em investimentos em atividades inovadoras e no uso eficiente de todos os recursos diante da demanda existente no mercado.

Diante disso afirma Holanda (2010), que o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) são estratégias implementadas que incentivam o desenvolvimento local, enquanto as estratégias de planejamento e uma gestão compartilhada ocorrem através de parcerias assinaladas entre organizações governamentais e não governamentais, promovendo as políticas públicas responsáveis para o crescimento da apicultura regional e nacional. O DLIS atua como estratégia de promoção que visa a mobilização, capacitação das áreas e lideranças locais, elaboração e participação e de um plano de desenvolvimento de suas particularidades e prioridades para o desenvolvimento da produção do mel.

4. METODOLOGIA

A seguinte pesquisa teve como finalidade analisar a contribuição da Administração Pública para o desenvolvimento comercial da apicultura no município de Picos, Piauí. Foram utilizados para a obtenção dos dados os procedimentos metodológicos detalhados a seguir.

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório que tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto com o intuito de investigar, possibilitando a definição e delineamento, facilitando as informações sobre o tema da pesquisa por meio da fixação dos objetivos e formulação das hipóteses com enfoque no assunto em discussão (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Para estudo dos dados teve como método de pesquisa o indutivo que segundo Lakatos e Marconi (2003) é um processo mental por intermédio no qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere uma verdade geral ou universal não contido nas partes examinadas, portanto os argumentos indutivos leva a conclusões de forma mais ampla em relação as premissas de controle.

Essa decisão se deu por intermédio de uma pesquisa qualitativa que segundo Martins (2004), é definida como aquela que privilegia a análise detalhada de micro processos através do estado das ações individuais e grupais abrangendo as características e a integração dos dados com o intuito de diagnosticar a contribuição do objeto de estudo e da relativa pesquisa mencionada para o aprofundamento maior e análise dos dados.

Para a coleta de dados utilizou-se um roteiro de entrevista estruturado e definido contendo as possíveis considerações e indagações a respeito da contribuição da Administração Pública para o desenvolvimento comercial do mel na região de Picos no estado do Piauí, bem como os parâmetros relacionados aos objetivos da realização da pesquisa.

A pesquisa em si, utilizou-se, da técnica de amostragem não probabilística por acessibilidade que é aquela na qual não tem acesso a toda população como objeto de estudo, a pesquisa é apenas direcionada a uma parte da população que contém os elementos necessários para realização da pesquisa desenvolvida e obtenção dos dados (OLIVEIRA ET AL, 2012).

Levando em consideração a classificação da população em termos de características e a determinação da proporção da população para cada característica e fixação dos dados, a pesquisa realizada foi direcionado a cada entrevistado para a obtenção dos dados, utilizando a pesquisa de campo pela a técnica de observação por meio de entrevista, em que cada roteiro foi destinado a agentes públicos locais com o intuito de realizar uma pesquisa qualitativa com a finalidade de detalhar todas as questões referentes ao tema proposto. Na tabela seguinte estão à disposição os sujeitos da pesquisa:

Tabela 1. Sujeitos da pesquisa.

Sujeito entrevistado	Quantidade	Código do entrevistado
Secretário de Finanças	1	Entrevistado 1
Secretário de Agricultura	1	Entrevistado 2
Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	1	Entrevistado 3
Secretário de Planejamento Orçamentário e Avaliação	1	Entrevistado 4
Representante da Casa APIS	1	Entrevistado 5
Total	5	

Fonte: Dados da pesquisa.

Para a análise dos dados utilizou-se a tabulação dos resultados obtidos, proporcionando o desenvolvimento do relatório da pesquisa. Nesse sentido a pesquisa estrutura-se em 6 capítulos bem definidos de acordo com os assuntos requeridos e com as informações prestadas.

5. ANÁLISE DOS DADOS

O estudo disposto evidencia uma questão profundada sobre a contribuição da administração para o desenvolvimento comercial do mel, diante disso, estabelece-se uma discussão sobre o tema desenvolvido por meio do qual se realizou uma pesquisa com secretários da agricultura e um representante da casa APIS de Picos conhecida atualmente pela alta produção de mel que é de suma importância para a região, por conta disso a cidade de Picos é reconhecida como Capital do Mel.

Utilizando como base de apoio o referencial teórico estudado, sobre a Administração Pública e sua contribuição para o desenvolvimento na apicultura regional para um melhor detalhamento e análise das informações adotadas nas entrevistas. Foram criadas categorias de análise levando em consideração os roteiros de entrevista aplicados aos secretários e representante da casa APIS do município de Picos, Piauí.

Quadro 2: Categorias de análise

Categorias	Descrição sumária dos resultados
Comércio do mel sob o patamar legal político e econômico.	Os meios para o desenvolvimento comercial do mel; a tributação sobre as cooperativas apícolas da região; cadastramento e licenciamento de empreendimentos.
A contribuição da Administração Pública para o crescimento e desenvolvimento comercial do mel.	A ausência de incentivos para os investimentos públicos; falta de informação precisas sobre a atividade econômica do mel; a falta de políticas públicas destinadas a apicultura.

A questão ambiental e seu paradigma sobre a produção do mel.

Os problemas ambientais do comércio do mel; as premissas ambientais relativas sobre produção e licenciamento para atividade da apicultura.

Fonte: Dados da pesquisa

Nas seções seguintes os dados serão detalhados por meio das principais categorias presentes no quadro 2.

5.1. A importância do comércio do mel sob a perspectiva legal e política.

A produção do mel na região de Picos tornou-se de grande importância para o crescimento da região. Assim os mercados picoense de mel são vistos como de grande importância para o desenvolvimento da região, para os produtores e empreendedores, mas que ainda apresenta problemas de produção apícola, como mencionado pelo Entrevistado 4, “não tem um processo orçamentário relacionado a apicultura. Porque a apicultura ela não é uma iniciativa da prefeitura.” Há também uma falta de expectativas pelos que trabalham com a produção do alimento.

“Deve investir aqui pra que ela possa responder exigências complementares dos projetos aumentando a capacidade produtiva e também repasses para o produtor, mas no momento difícil, nenhuma perspectiva não” (Entrevistado 5).

O Entrevistado 5 apresentou a difícil falta de recursos no setor comercial em repassar esses implementos para produtor final mesmo atendendo às exigências de produção. E o Entrevistado 4 informa que nenhum recurso orçamentário é direcionado apicultura local picoense. Para Silva (2011), um dos problemas do mercado de mel envolve a comercialização de baixo consumo interno, o que acarreta ações que prejudica a comercialização de produtos na qual envolve fornecedores falta de qualidade de mel, a falta de conhecimento de casas dos técnicos de eventos além da falta de investimentos nos locais necessários para o desenvolvimento comercial de mel menos expressivo.

O Código Tributário Brasileiro estipula que o tributo em si é toda prestação pecuniária compulsória no qual passa exprime o valor em moeda que constitui sanção de ato ilícito instituída em lei é cobrada mediante atividade administrativa vinculada por meio de tributação fiscal. Os tributos relacionados apicultura flexibiliza e estabelece transparência comprometimento e o compromisso fiscal dos Empreendimentos para o funcionamento e comercialização de mercadorias. Partindo desse ponto, o Entrevistado 1 comenta que “O município não pode criar leis, os tributos quem cria é a Constituição Federal, é ISS, é ICMS, é o IPTU, são as taxas de licença de funcionamento” e frisa sobre a falta de políticas criadas para os tributos apícolas. Enquanto isso, o Entrevistado 3 explica que “no meu conhecimento não” existem políticas tributárias “especificamente da apicultura não, tem só de maneira geral” (Entrevistado 4). Analisando as falas dos respondentes, percebe-se a falta de apoio para o crescimento e desenvolvimento da atividade, tributos que segundo o SEBRAE são problemas ainda presentes na esfera comercial da microrregião de Picos no Piauí em que a falta de informação desestabiliza a importância da atividade da apicultura.

O cadastramento de empresas envolve vários requisitos na qual deve ser preenchidos informações sobre a empresa, sobre documentação e registro na ANVISA, no caso da apicultura, o cadastramento envolve tanto empreendimento como os produtores de mel que representam a produção local.

Bom, aqui nós temos duas cooperativas, a casa APLS é a central tem a MELCOP que é uma cooperativa singular filiada a casa APLS que atua em 22 municípios na microrregião de Picos desde queimada nova até lagoa do sitio (Entrevistado 5).

Provavelmente elas estão cadastradas aqui, agora esse cadastramento depende da empresa do mel, não é, nos irmos atrás (Entrevistado 1).

Não é próprio da prefeitura, como se diz não toma a iniciativa. Porque tem essas cooperativas e a gente vai pesquisar e eles alimenta os dados (Entrevistado 4).

Pelos trechos das entrevistas podemos dizer que as cooperativas cadastradas no município, possuir dificuldade de repassar essas informações de forma coerente e precisa sobre registro de empreendimentos apícolas no âmbito Municipal que Segundo Miranda (2013) é a falta de conhecimento sobre o potencialidades que puder fornecer ao mercado formações e irrelevantes dificuldades que muitas vezes leva produtores a adequação diante dos problemas que surgem no desenvolvimento apícolas.

O licenciamento segundo a Anvisa é aquele direcionado tanto para empresa Municipal Estadual na qual a empresa está sediada por meio de licença e esfera Municipal ou estadual das ações de vigilância descentralizadas.

São critérios para licenciar, cada associado tem que ter ao menos 10 colmeias, ele tem que passar dois anos se preparando para capacitar recebendo orientações primeiro do empreendimento corporativo (Entrevistado 5).

Sim, agora aí, por exemplo alvará, o alvará de licenciamento, ou seja, só pode exercer uma função não só o apicultor mais qualquer empresa. A licença é a autorização para funcionar, todos eles têm que ter senão “tá” desenvolvendo uma atividade ilegal (Entrevistado 1).

A administração municipal com os produtores de mel, cooperativas fazem um levantamento da realidade da apicultura local (Entrevistado 4).

Com base nas respostas obtidas a produção a fiscalização e licenciamento de empreendimentos de mel é presente na Administração Pública tanto para produtores como para empreendimentos de mel necessários para desenvolvimento da abertura regional picoense. Para Amaral (2010) o comércio apícola em relação ao nível de organização e de representação depende de uma criteriosa fiscalização por parte dos órgãos públicos sobre estado de qualidade do mel produzido como produto sobre a influência de vários órgãos da apicultura local considerando a inspeção sanitária, a marca do mel a ser comercializado,

estabelecendo como critério a todas as associações e cooperativas regionais e nacionais cumprindo todos os requisitos legais estipulados pelo Congresso Brasileiro de Apicultura.

5.2. A atuação da Administração Pública e a ausência de incentivos e programas à apicultura regional.

Os incentivos à produção e exportação de mel é de grande importância para aumento na produtividade e crescimento da apicultura regional, estadual e nacional utilizando-se, por meio de programas, ações e iniciativas à geração de impactos positivos ao território e as comunidades por intermédio da Administração Pública. no entanto percebe-se que esses incentivos não são de fatos prestados pela esfera dos órgãos governamentais, que não, se conscientiza a respeito do cooperativismo e associativismo por parte da estrutura administrativa pública relativo ao crescimento e desenvolvimento da apicultura local.

O governo dá um incentivo fiscal e o cara vem lá do Rio Grande do Sul, de São Paulo, Santa Catarina, aluga aqui um galpão desativado e ali eles forjam um entreposto de mel e pinta “lá” a fachada e o governo concede incentivos fiscais na mesma proporção das empresas aqui dentro e eles acaba levando o mel e mascara nossa produção (Entrevistado 5).

No momento a parte política “tá” fazendo muito pouco, e nós já tivemos apoio do Banco do Brasil que agora acabou, já tivemos de organizações internacionais, no momento estamos paralisados (Entrevistado 5).

Não, não existe, então usa ao apoio dos arranjos produtivos locais, porque a apicultura faz parte dos arranjos produtivos e também assistência as associações, cooperativas e realização de cursos, palestras oficinas e capacitações de maneira geral, o famoso PPA (Entrevistado 4).

Os trechos das entrevistas citados indicam que a Administração Pública de Picos “não tem investimento” (Entrevistado 1), não dá incentivos financeiros nem fiscal, o que representa um sério problema para o desenvolvimento comercial na região. O poder público em si alega que não existe recursos suficientes para apicultura, devido à crise econômica e fiscal pela qual o país passa levando em consideração no momento de produção do mel, a concorrência e o apoio de instituições públicas que segundo Cerqueira e Figueiredo (2017), as críticas são referentes a falta de incentivos no desenvolvimento de atualidades na apicultura do Brasil ou do não reconhecimento das profissões.

Muitas vezes isso é influenciado pela baixa contribuição do Estado perante o consumo do mel, e conseqüentemente da falta de conhecimento e de experiência em razão do aumento gradativo de novas empresas no mercado e das novas tecnologias e carências em contato com os fenômenos de crescimento e desenvolvimento Regional e das políticas do Estado (PEREIRA ET. Al, 2017).

As políticas públicas são ações e programas desenvolvidos pelo Estado como forma de garantir e colocar em prática os direitos previstos na Constituição Federal Brasileira, que são as medidas criadas para garantir o bem-estar da população. No entanto, os entraves estão ligados à falta de políticas públicas que facilita de fato o acesso ao crédito a regulamentos de

transporte e estruturação de cadeia com base nas afirmações acima obtemos as seguintes respostas.

No momento a parte política “tá” fazendo muito pouco, e no momento, nós já tivemos organismos internacionais, no momento estamos paralisados (Entrevistado 5).

Dependemos de políticas públicas focado nessa área mercado, “aí” é queda de gargalo porque o governo não tem dinheiro para resolver os problemas mais simples da gestão pública (Entrevistado 5).

A prefeitura não tem, isso seja uma questão de se pensar, porque é uma vocação da região mudou, a vocação econômica de picos, a castanha e o mel eram agricultura de subsistência, hoje picos é exportador de mel (Entrevistado 4).

De acordo com que foi mencionado constatou-se que o município de Picos no Piauí não desenvolve políticas públicas necessárias para o desenvolvimento, incentivo e crescimento da apicultura regional. Pois não adota medidas e nem direcionar investimentos financeiros e de apoio para o setor apícola, o que desestabiliza o desenvolvimento futuro da apicultura tanto dos empreendimentos como também dos produtores locais de mel.

De acordo com Humberto (2013) o governo federal muitas vezes não contribui em alguns casos com recursos tecnológicos adequados incentivos fiscais e apoio a subsidiários que muitas vezes deixa a desejar em relação ao desenvolvimento da apicultura Regional e Nacional.

5.3. Os critérios ambientais e os problemas ambientais relativos à apicultura regional.

Licenciamento ambiental é o procedimento pelo qual o pendente a localização instalação ampliação e operação de atividades com o objetivo de expedir a licença ambiental estabelecendo condições restrições e medidas de controle. É um dos principais instrumentos da política nacional de meio ambiente, a licença ambiental relacionada diretamente de dores locais cadastramento fiscalização e controle de produção, pragas e principalmente de monitoramento e solução de problemas locais que surge em detrimento da elevada produção de mel. Diante do que foi analisado obtivemos as seguintes respostas.

O cadastro ambiental está relacionado a secretaria de planejamento orçamentário, apenas realiza o plano plurianual junto com as secretarias (Entrevistado 4).

são os critérios para cada associado tem que ter no Mínimo de 10 colméias, ele tem que passar um ano dois anos se preparando para capacitar recebendo documentações (Entrevistado 5).

Eles passam por um processo de licenciamento ambiental, no qual ele fornece todos os dados, endereço de residência, porque nossa competência é licenciar só picos, não pode licenciar apicultores de outros municípios, eles deixam aqui todos os

seus dados, a área pra gente ver, a gente faz toda essa análise (Entrevistado 3).

O empreendedor ele vem aqui, a gente entrega checklist, no qual tem todos os dados do empreendimento a documentação necessária (Entrevistado 3).

Perante o que foi mencionado os trechos da entrevista constataram-se que todos os produtores de mel em empreendimentos missão licenciados para empresas apícolas como apicultores para funcionamento e atuação no mercado de Picos Piauí.

Os apicultores podem desenvolver atividade e atualizando livremente cabendo fiscalizar litoral toda produção de mel do município. Para Amaral (2010), todo setor apícola deve ser constituído juridicamente a fim de promover a gestão identidades e associações apícolas proporcionando o desenvolvimento da apicultura dos depósitos da área em sua totalidade cadastramento e licenciamento dessa forma todas as Empreendimentos da apicultura e seguindo as regras sustentáveis regionais.

Apicultura tem-se caracterizado como uma atividade de pequenos e médios produtores consequência disso sua comercialização mais voltada ao comércio e jornal e o consumidor final Vitor a boca experiência gerencial para crescimento de mel nacional e internacional e cultura começou a apresentar problemas de manejo produção de conhecimento sobre comercialização do produto preservação e manutenção da natureza aplicação de produtos químicos em presença de pragas.

A gente Tem sim, alguns problemas, não são muitos, são casos isolados de picadas de abelhas do pessoal do pessoal que trabalha próximo a residências (Entrevistado 3).

São ao meu ver o ninho, o ninho pode ser considerado uma praga, já “tá” se desenvolvendo muito rápido, e ao Meu ver é um dos grandes problemas junto com o uso de agrotóxicos (Entrevistado 3).

Ai esta é a nossa preocupação, a questão das queimadas, do desmatamento, uso de agrotóxicos, mesmo que ainda em pequenos recipientes mais já é bastante preocupante, tem pessoas que estão trocando a enxada pelo herbicida para matar mato, coisa desnecessária (Entrevistado 5).

Diante das respostas, questões ambientais ainda sofrem com os problemas originais e diversos fatores que prejudicam o desenvolvimento da atividade apícola regional, o que ocasiona incidência de prejuízos diminuição do crescimento apícola extração pública sabe dos problemas locais. A questão ambiental é uma preocupação bastante presente no setor apicultura devido a diminuição da área apícola e da crescente degradação do meio ambiente. As ações de responsabilidade social não devem ser limitadas aos planos que envolve as estratégias da organização, mas sim adotar e desenvolver formas e ações de análise a fim de sintetizar a concepção de organização de uma empresa (Siqueira, 2010).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do seguinte estudo possibilitou a análise de como a Administração Pública vem contribuindo para melhorar a produtividade do mel da região de Picos no Piauí. Além disso permitiu através da pesquisa de campo identificar a contribuição da Administração Pública para a apicultura na obtenção de dados mais precisos sobre cada etapa da produção dos desafios ao grande grau de dificuldade de incentivos e de conhecimento dos órgãos públicos sobre a produção de mel regional e nacional.

De modo geral, os produtores de mel em sua totalidade são relativamente os precursores responsáveis por grande parte da produção no qual exigem grande conhecimento na área apícola, no entanto existem grandes desafios a serem ainda avaliados como: problemas de estiagens, manejo e aperfeiçoamento de colônias, preservação das floradas, que envolve todo processo de produção o que eles conseqüentemente os custos de produtividade. Diante desses fatores torna-se efetivamente importante a regulação que resulte em períodos com resultados com mais foco no planejamento e controle da produtividade.

Contudo o importante é demonstrar a situação positivada de uma atividade próspera e de resultado exclusivamente importante para o comércio local, com isso o seguinte estudo vai proporcionar identificar e realizar uma avaliação da contribuição da Administração Pública no desenvolvimento dessa atividade e de como ela proporcionou o desenvolvimento e a prosperidade comercial local, evidenciando fatos e ações primordiais para o sucesso, tornando a atividade mais acessível diante da crescente produtividade.

Dada a importância do tema, futuramente o desenvolvimento e ampliação de pesquisas e estudos mais aprimorados e objetivos a fim de desvincular e esclarecer prioritariamente a influência da Administração Pública no comércio e desenvolvimento da apicultura ao estabelecer novos critérios de incentivos a longo prazo conforme o desenvolvimento comercial e de grande escala tornando mais acessível aos critérios técnicos e as novas tecnologias.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. M. Arranjo produtivo local e apicultura como estratégias de desenvolvimento do sudoeste de Mato Grosso. 2010. 147f. Tese (pós-graduação em ecologia e recursos naturais) - centro de ciências, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

ANANIAS, Karla Rubia. Avaliação das condições de produção e qualidade de mel de abelhas (*apis mellifera*) produzido na macrorregião de Pires do Rio, no estado de Goiás. 2010. Dissertação (pós-graduação em Ciências e Tecnologia de Elementos) - Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

BALBINO, V. A.; BINOTTO, E.; SIQUEIRA, E. S. Apicultura e responsabilidade social: desafios da produção e dificuldades em adotar práticas social e ambientalmente responsáveis. REAd. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 348-377, Aug. 2015.

CERQUEIRA, A.; FIGUEIREDO, R.A. Percepção ambiental de apicultores: Desafios do atual cenário apícola no interior de São Paulo. Revista Acta Brasiliensis, São Paulo, v.1, nº3, pág17-21, Jun,2017.

FAÇANHA, A. C. Desenvolvimento territorial recentes em espaços sub-regionais dinâmicas no Piauí. 2009. 226f. tese (doutor em Geografia) - centro de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, setembro/2008.

FONSECA, Célia Veiga. Metodologia de trabalho científico. 1ed, pág35-36, Curitiba, 2012.
GARCIA, Fabiola Silva. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. Revista Eletrônica >Diálogos Acadêmicos. Nº1, pág5-10, Jan/jul.2015.

HANEL, Samuel Nicolau. Proteção sustentável do mel nas ilhas do Rio Paraná: Gestão tecnológica de produção e qualidade do mel, Paraná, Unioeste, 2016.

HOLANDA, F. C. C. Apicultura na Microrregião de picos: Um estudo de caso, Fortaleza, UFC, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIRA, G. A. A expansão da agropecuária do mel no Rio Grande do Norte. 2013. 226f. Trabalho de conclusão do curso (Graduação tecnológica em desenvolvimento) - Departamento de economia e Relação internacional, Arroio dos Matos, 2013.

MARTINS, Heloisa Helena de Sousa. Metodologia qualitativa de pesquisa. USP, v.30, pág89-300, Maio/Agosto, São Paulo, 2011.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Portaria 293, de 10 de julho de 2016, Diário oficial da união, Brasília, DF, 2016, n.125, pág. 1-3, 30 de jun.2016, ISSN 1677-7042.

MONTEIRO, E. S. Indicadores de inovação e tecnologia: arranjo produtivo local de apicultura no Nordeste paraense. 2013. Dissertação (mestrado em Economia Rural) - Centro de Ciências Agrárias, universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

NETO, José Daniel. Apicultura como geração de renda e inserção social: Análise do arranjo produtivo local apicultura e o sertão Alagoano. 22ed, UFPE, Recife, setembro/2008.

OLIVEIRA, K. D.; ALMEIDA, K. L.; BARBOSA, T. L. Amostragens probabilísticas e não probabilísticas: técnicas e aplicações na determinação de amostras. Espírito Santo, 2012.

PAES, R. A. Alternativas para o desenvolvimento sustentável do submedio São Francisco. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PEREIRA, R, M et al. Perspectivas e desafios do arranjo produtivo local Apl da apicultura no município de Ouricuri, v.5, p.30-37, 2017.

PRODANOV, C.; FREITAS, H. C de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho científico, 2 ed. Novo Hamburgo, RJ, Universidade Feevale, 2013, pág. 51-52.

SILVA, E. N. Análise da produção comercialização apícola dos municípios de Tabuleiro do norte e Limoeiro do norte: um estudo de caso. 2011. Dissertação (mestrado em Extensão Rural) - centro de ciências agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza,2011.

SIQUEIRA, S. S. A importância dos arranjos produtivos locais para o desenvolvimento local: O caso da aglomeração produtiva agrícola no município de Picos-PI. 2010. Dissertação (mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e ciências exatas, Universidade Estadual do Piauí, Rio Claro, 2010, 2010.

SOUSA, L. C. F. sustentabilidade da apicultura: aspectos socioeconômicos e ambientais em assentamentos rurais e semiárido paraibano. Read. Pombal, n.6 p.20-25, Nov/Dez, 2013.

ANEXOS

APÊNDICE A – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO ELABORADO PARA ENTREVISTAS JUNTO AO REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E AVALIAÇÃO DE PICOS PIAUÍ

Quais as atribuições do cargo e da secretaria relacionadas à comercialização e desenvolvimento da apicultura na Região de Picos Piauí?

Existe algum tipo de planejamento orçamentário sobre a produção mel na cidade de Picos Piauí?

Há algum processo de planejamento orçamentário do município relacionado à apicultura?

Que projetos de desenvolvimento socioeconômico está direcionado para captação de recursos federais junto apicultura?

Como se dá o processo de monitoramento por parte da secretaria na avaliação de políticas públicas destinadas apicultura?

Existe alguma proposta orçamentária ligada diretamente a apicultura?

Qual medida seria necessária para aperfeiçoar o planejamento orçamentário relacionado a apicultura?

Há algum plano plurianual da secretaria relacionada a apicultura de Picos Piauí?
Em que medida ele se enquadra?

Existe algum projeto orçamentário do município que sirva como incentivo para o desenvolvimento da apicultura picoense?

**APÊNDICE B – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO ELABORADO PARA
ENTREVISTAS JUNTO AO REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE FINANÇAS
DE PICOS-PI**

Quais as atribuições do cargo e da secretaria de Finanças, e sua contribuição para o desenvolvimento da prática da apicultura na Região de Picos Piauí?

Sobre o cadastramento, há algum programa de registro de empresas e cooperativas produtoras de mel por parte da secretaria de Finanças de Picos Piauí?

como a Secretaria de Finanças desenvolve e realiza os serviços de apoio investimentos na área da apicultura local?

A secretaria realiza cobrança de tributos públicos aos Empreendimentos produtores de mel da região de Picos Piauí?

Como se dá a administração fiscal e tributária relacionada aos recursos do município que ativa a produção de mel de Picos Piauí?

A tributação relativa à apicultura é uma promissora fonte de recursos para economia, existe por parte da secretaria alguma política de arrecadação referente a produção local de mel?

Existe políticas de investimentos no setor apícola?

Quem administra esse processo?

A respeito dos efeitos decorrentes das políticas monetária e fiscal de que modo se dá as inscrições tributárias relativa cultura do município de Picos Piauí?

Que tributos são direcionados ao setor apícola e de que maneira legal eles são adotados e relativo à apicultura?

**APÊNDICE C – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO ELABORADO PARA
ENTREVISTAS JUNTO AO REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE
AGRICULTURA DE PICOS- PI**

Quais as atribuições do cargo e da secretaria relacionadas à comercialização e desenvolvimento da apicultura na Região de Picos Piauí?

Existe algum tipo de mapeamento sobre as áreas produtoras de mel na cidade de Picos Piauí?

Qual o número de empreendimentos é cadastrado no sistema de agricultura do município de Picos Piauí?

Quais são as medidas da realização desse cadastro desses empreendimentos de mel?

Quais são os requisitos dados para que as empresas apicultores obedecer às regras de fiscalização e comercialização do produto bem como monitoramento do registro de cadastramento?

Existe alguma política agrícola voltada apenas para apicultura?

Como se dá todo processo de acompanhamento por parte do município em relação à produção e incentivo apresentação do mel por parte do município de Picos Piauí?

como a secretaria desenvolve e realiza serviços de apoio investimentos na área da apicultura local?

Como é considerada a produção de mel na região de Picos, é em grande média ou pequena escala?

Em que medida ela se enquadra?

Quais políticas estão sendo desenvolvidas para incentivar e proporcionar a produção apícola na região de Picos Piauí?

Que medidas ao ser adotadas forneceria desenvolvimento para comercialização dentro e fora de Picos Piauí?

**APÊNDICE D – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO ELABORADO PARA
ENTREVISTAS JUNTO AO REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE MEIO
AMBIENTE PICOS- PI**

Existe algum programa ambiental voltada para área da apicultura?

Qual a política de gestão de recursos é atualmente direcionada a apicultura?

A secretaria realiza ações de fiscalização ambiental relacionado à apicultura?

Que medidas são adotadas no cadastramento ambiental dos apicultores do município de Picos Piauí?

Quais são os critérios para esse cadastramento?

Existe poupança da secretaria junto com outros órgãos ambientais o apoio a eventos relativos à apicultura?

Quais os problemas ambientais que afetam a apicultura atualmente no município de Picos?

Há algum apoio por parte da secretaria da destinação de políticas ambientais à Empreendimentos apicultores na região de Picos Piauí?

Em que medida ele se enquadra?

Como se dá o processo de licenciamento ambiental aos empreendimentos apicultores?



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
- () Dissertação
- () Monografia
- (X) Artigo

Nós, Francisco John de Moraes, autorizamos com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação **A ABELHA FAZ O MEL, O APICULTOR COMERCIALIZA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FAZ O QUÊ? Uma análise sobre a contribuição da Administração Pública para o desenvolvimento comercial do mel na região picoense**, de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI, 05 de março de 2020.

Francisco John de Moraes

Assinatura